

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.065 - PR (2019/0010079-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : JOAQUIM MIRO E OUTRO(S) - PR015181
ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO - RJ074802
BRUNO DI MARINO - RJ093384
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - PR040624
LUIZA SANTOS ANDRADE - RJ171402
MARCELA CAVALCANTE FURRIER - RJ202272
STEPHANY GUEDES RODRIGUES ROUBADEL - RJ214681
AGRAVADO : AIRTON MENDES DE LIMA
ADVOGADOS : ADEMIR ANTONIO DE LIMA - PR033022
ROSANE CRISTINA MAGALHÃES - PR051386

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por OI S.A contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM NOMINADA “AÇÃO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL”. PRESCRIÇÃO CORRETAMENTE RECONHECIDA POR SENTENÇA. RADIOGRAFIA DO CONTRATO QUE, MESMO TENDO SIDO JUNTADA FORA DO PRAZO, DEVE SER LEVADA EM CONSIDERAÇÃO PELO JULGADOR. CONDENAÇÃO DE AMBAS AS PARTES AO PAGAMENTO DE MULTA (LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ E PRÁTICA DE ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA) E DO AUTOR AO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Prescrição. Prazo e termo inicial: A pretensão de adimplemento contratual é “de natureza pessoal e prescreve nos prazos previstos nos arts. 177 do CC/16 e 205 e 2.028, ambos do CC/02, sendo o termo inicial a data da subscrição deficitária” (STJ, AgInt no AREsp 819512/RS, Rel. Min. Moura Ribeiro, T3, j. em 24/10/2017).

2. Prescrição. Caso concreto: O contrato foi firmado em 22 de agosto de 1985, o pagamento se deu no dia 22 de janeiro de 1986 e as ações foram emitidas em 31 de dezembro de 1986. Entre dezembro de 1986 e a entrada em vigor do Código Civil de 2002 (janeiro de 2003), passaram-se dezesseis anos. A pretensão foi ajuizada em 10 de dezembro de 2012, depois de vinte e seis anos do fato gerador (subscrição deficitária das ações). Logo, correto o reconhecimento da prescrição.

3. Radiografia do contrato. Meio de prova: Ainda que confeccionadas de forma unilateral, as radiografias apresentadas pela empresa de telefonia são consideradas meio válido de prova, porque expedidas de acordo com as normas descritas no art. 100, § 2º, da Lei nº 6.404/76.

4. Radiografia do contrato. Exibição tardia. Preclusão: Ainda que juntada fora do prazo, o documento deve ser aceito como prova para que garantir um julgamento de acordo com a verdade. Fora isso, a prescrição é matéria que pode ser conhecida de ofício em qualquer tempo e grau de jurisdição.

5. Litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da justiça. Oi S/A: a pretensão inicial foi ajuizada em dezembro de 2012. Em fevereiro de 2013 foi determinada a exibição da radiografia do contrato que, no entanto, sem qualquer justificativa plausível, foi apresentada apenas em julho de 2017 – mais de quatro anos depois. O documento, que já existia na época e estava em poder da ré, continha dado essencial à constatação da tempestividade da pretensão da parte autora. A demora imotivada no cumprimento da ordem judicial revelou conduta não cooperativa e contrária à boa-fé que se espera de todo aquele que de alguma forma participa do processo.

6. Litigância de má-fé. Parte autora: no intuito de induzir o juízo em erro e ocultar a prescrição - já que em momento algum o suposto credor demonstrou ter dúvida ou disse não se lembrar do ano exato da compra do terminal telefônico -, a parte autora juntou com a petição inicial cópia de lista telefônica do ano de 1994, sendo que a contratação se deu com a parte ré em 1985.

7. Multa. Condenação de ofício: Considerando que à causa foi dado valor irrisório, a multa está sendo fixada em salários mínimos.

8. Destinatário da multa: Em se tratando de má-fé recíproca, a condenação das partes ao pagamento de multa uma a outra aniquilaria a finalidade educativa da pena. Diante disso, em que pese a condenação do autor estar fulcrada no artigo 80 do CPC (a da ré enquadra-se também no artigo 77), ambos os valores deverão ser inscritos como dívida ativa do Estado (após o trânsito em julgado desta decisão) e revertidos ao fundo de modernização do Poder Judiciário previsto no artigo 97 do CPC.

9. Honorários recursais: A sentença é de outubro de 2017, o recurso não está sendo provido, os honorários de sucumbência eram devidos e foram fixados de forma equitativa em primeiro grau de jurisdição. Diante disso, aplicável o §11 do artigo 85 do Código de Processo Civil em desfavor do autor (apelante).

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 77, §2º, e 80, IV, do CPC/2015.

Alega ausência de prática de ato atentatório à dignidade da justiça, arguindo que não protelou a exibição da radiografia do contrato de participação financeira e que no momento que a localizou promoveu a sua juntada nos autos. Aduz ser excessivo o valor da multa fixado, pleiteando sua redução. Sustenta, ainda, a ausência de litigância de má-fé processual.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 877.

É o relatório. Decido.

2. Sobre o tema, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela aplicação da multa em face da recorrente por litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da justiça no valor de cinco salários mínimos, nos termos dos

arts. 77, IV, e §§2º e 5º, e 80, IV, do CPC, com a seguinte fundamentação (fls. 816-823):

"A demora injustificada (de mais de quatro anos) no cumprimento da ordem de apresentação de documento existente, que sempre esteve em poder da ré e que era essencial à constatação da tempestividade da pretensão da parte autora, revela conduta não cooperativa e contrária à boa-fé que se espera de todo aquele que, de alguma forma, participa do processo (art. 5º do CPC/2015 4 e 396 do CPC/73 5).

A ré criou embaraço à efetivação da decisão judicial exorbitante 6 e opôs resistência injustificada ao andamento do processo, prolongando sem motivo o julgamento da causa, desrespeitando, com isso, o que prescrevem os artigos 4º 8 e 6º 9 do Código de Processo Civil.

[...]

O mais surpreendente neste caso concreto é que o propósito de retardar o desfecho do feito em nada beneficiaria a ré. A apresentação da radiografia apenas encerraria o processo mais rápido em seu favor (porque visivelmente prescrita a pretensão da parte autora).

A ré protelou por protelar, como já fez em tantos outros casos semelhantes que chegaram ao conhecimento desta Corte. A título de exemplo, cite-se:

[...]

Diante disso, considerando que à causa foi dado o valor irrisório de R\$622,00 (seiscentos e vinte e dois reais – em dezembro de 2012), condena-se, de ofício, a ré (Oi S/A) ao pagamento de cinco salários mínimos a título de multa (CPC, artigos 77, IV e §2º; 80, IV; e 77, §5º) e a parte autora ao pagamento de três salários mínimos (CPC, artigos 80, II, e 81, §2º), aplicando-se, em ambos os casos, o disposto no §3º do artigo 77 do CPC."

Desse modo, resta claro que a convicção formada pela Corte local decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal de ausência de má-fé processual e ausência de prática de ato atentatório à dignidade da justiça, bem como em relação ao valor da multa, importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7-STJ) e impede o conhecimento do recurso.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGÓCIO JURÍDICO BANCÁRIO. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. MULTA. REEXAME. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. IMPROVIMENTO.

1. O reexame dos elementos que deram ensejo à aplicação da multa por ato atentatório à dignidade da justiça recai em necessário revolvimento fático-probatório da lide, o que contraria o disposto na Súmula nº 7 desta Corte.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 278.679/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2013, DJe 29/05/2013)

PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO EQUIVOCADA. SÚMULA 284/STF. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DAS

PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ.

[...]

2. O Tribunal a quo entendeu que os Embargos de Declaração foram protelatórios, constituindo a conduta do recorrente litigância de má-fé. Esclareço que modificar tal conclusão, de modo a acolher a tese da recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ. (AgInt no REsp 1.411.941/SC, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 15/5/2017).

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1716155/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 14/11/2018)

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator